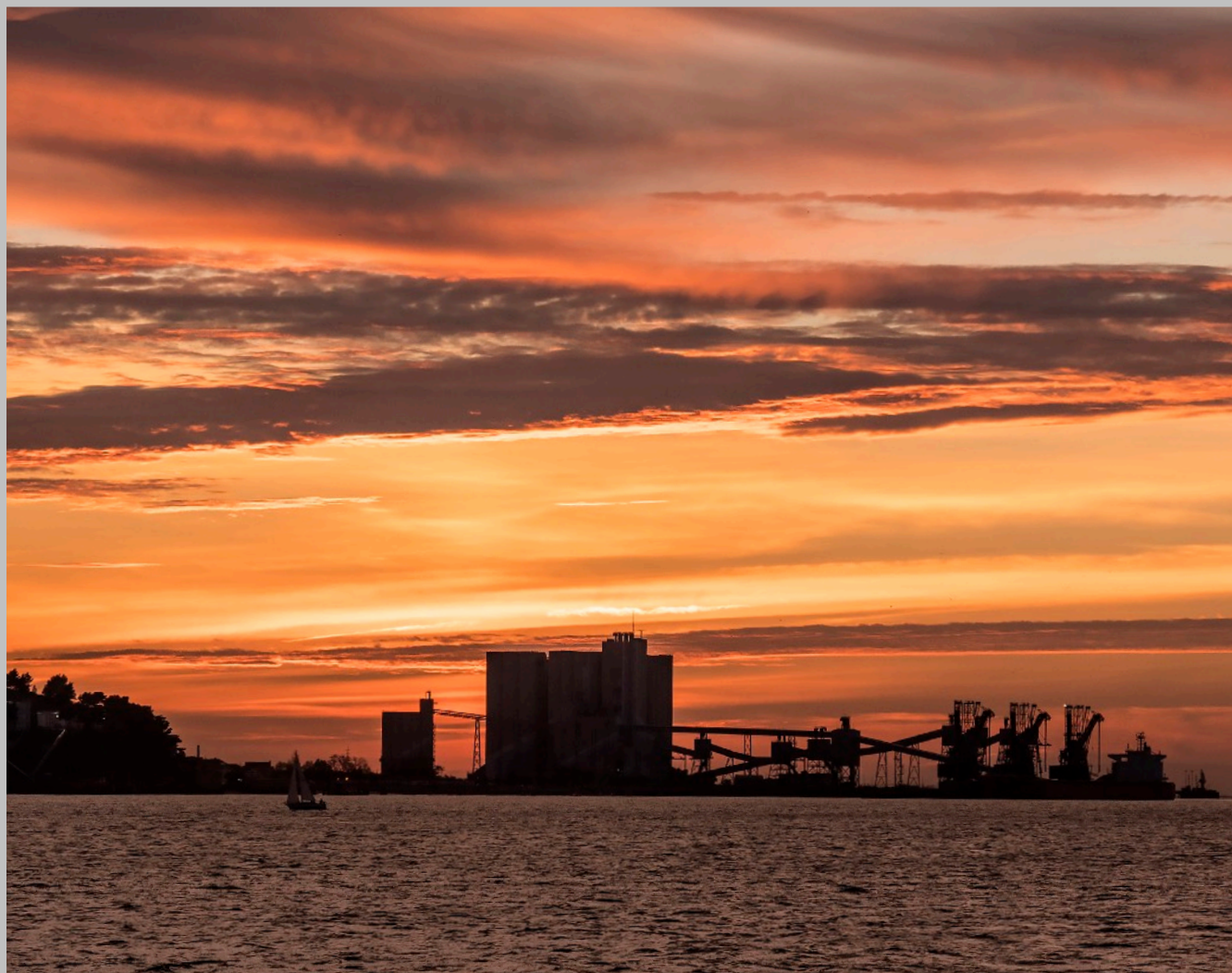


# SILOPOR

EMPRESA DE SILOS PORTUÁRIOS, S.A., em liquidação



RELATÓRIO  
DA  
COMISSÃO  
LIQUIDATÁRIA

CONTAS  
DO  
EXERCÍCIO  
2017

## RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2017

### ÍNDICE

	Pag.
Relatório da Comissão Liquidatária .....	2
Balanço .....	14
Demonstração dos resultados por naturezas .....	15
Demonstração dos fluxos de caixa .....	16
Demonstração das alterações no capital próprio .....	17
Notas às demonstrações financeiras .....	18
Relatório e parecer do Fiscal Único e certificação legal das contas .....	34

## RELATÓRIO DA COMISSÃO LIQUIDATÁRIA

### EXERCÍCIO 2017

Mais uma vez se verificou que durante o ano de 2017 se mantiveram no essencial algumas das tendências já verificadas no ano anterior. Do ponto de vista dos cereais com maior volume nas importações nacionais, constata-se que, no que respeita à quantidade, o maior peso continua a ser o do milho que, durante a estação de exportação do Brasil, teve aquele país como origem e, no remanescente, proveio da Ucrânia e USA, como anteriormente já tinha acontecido. Sucede, no entanto, que devido à evolução dos preços no mercado internacional e também a um aumento do consumo no mercado interno, quer em função de quebra da produção na Península Ibérica, quer da conjuntura económica, quer muito provavelmente devido a algum incremento da procura provocado pelo turismo e pelo mercado espanhol, tal teve como consequência, como adiante se verá, um aumento das importações nacionais de cereais via marítima relativamente a 2016, embora distribuído desigualmente pelos diferentes portos.

Verificou-se a permanência de uma forte tendência para a utilização de navios *panamax*. Embora a manutenção de uma significativa utilização deste tipo de navios se deva vir a

manter ao longo de 2018, não deverá perder-se de vista que sobre essa utilização impendem riscos de flutuação dos preços dos fretes e das cotações internacionais do petróleo e daquilo que será no corrente ano o paradigma da origem das matérias primas. É que fenómenos pontuais como o verificado de alguma retenção da cevada em Espanha por parte dos produtores, tendo em consideração a evolução dos preços e o consequente aumento da importação em Portugal por via marítima de cevada, depois carregada em camiões com destino a Espanha, são episódicos e não alteram as tendências fundamentais.

Verificou-se assim um aumento das descargas de cereais e oleaginosas em portos nacionais ao longo de 2017 de cerca de 17%, totalizando essas descargas cerca de 5 milhões de toneladas. Mas, como se referiu, a distribuição desta subida entre os diferentes portos nacionais e entre os operadores dentro de cada porto não foi equitativa: no porto de Lisboa, aquele que mais nos interessa para a presente análise, a subida do volume total das descargas efetuadas foi de 8,4% relativamente a 2016, totalizando no final do ano, 3,25 milhões de toneladas. Com estes números, tal como aliás se tinha vindo a verificar já em anos anteriores, o peso das descargas no porto de Lisboa no conjunto das importações nacionais de cereais e de oleaginosas baixou de 70% para 65%. Em contrapartida, verificou-se um forte crescimento das descargas no porto de Aveiro cujo peso a nível nacional passou de 13,2% em 2016 para 22,5% em 2017, justificado pelo desvio para aquele porto de graneleiros suscetíveis de aí poderem ser descarregados.

Já em relatórios anteriores referimos a necessidade de investimentos no porto de Lisboa e de ações complementares para manter a sua atratividade como destino de granéis alimentares. Foi com base não só nas ações comerciais empreendidas, quer a nível dos operadores, quer a nível da administração portuária, mas também e sobretudo nos investimentos efetuados na capacidade de receção e armazenagem e nas dragagens que permitem maiores calados, que o porto de Aveiro alavancou o seu crescimento. Em contrapartida, como já antes assinalámos, não tem havido empenhamento dos diversos intervenientes no porto de Lisboa, quer na área de armazenagem, quer na área das dragagens (voltaremos a este tema). Com as condições de águas profundas e de infraestruturas já existentes neste porto, investimentos não muito significativos permitiriam certamente recuperar para o porto de Lisboa e seus operadores a posição anterior como destino para descargas de granéis alimentares, que tem vindo a perder.

E não se diga que não tem havido empenhamento e sucesso por da parte da Silopor. Como acima se referiu, o peso das descargas em Lisboa no cômputo nacional baixou de cerca de 70% em 2016 para 65% em 2017. Mas a evolução da Silopor foi exatamente a contrária: isto é, a quota de mercado da Silopor que em 2016 havia sido de 65,6% foi, em 2017, de 70,5%. A nível nacional a quota da Silopor baixou de 46% para 45,8%, evolução diminuta que é consequência do crescimento do porto de Aveiro. A explicação mais imediata do bom desempenho da Silopor em Lisboa e do bom desempenho global dos operadores do porto de Aveiro tem a ver, entre outras coisas, com a localização dos clientes finais e com a análise dos navios graneleiros suscetíveis de entrar em cada porto: Lisboa cada vez mais vocacionada para os *panamax* e os navios de menor

dimensão a procurarem o porto de Aveiro. Em nossa opinião, esta constatação deverá ser tomada em linha de conta, em conjunto com a análise da localização dos pontos de consumo, em qualquer política de investimento que nesta área venha a ser decidida.

Nos seus terminais portuários do Beato e da Trafaria a Silopor descarregou em 2017 um total de 2.288.887 toneladas de cereais e oleaginosas a que há que juntar 27.504 toneladas de movimentação no silo de Vale Figueira. Isto corresponde, portanto, a um aumento de 17,5 % na movimentação total da empresa relativamente ao ano transato. E a esta movimentação correspondeu um volume de negócios de 17.569.357 €, que representa um crescimento de 5,1%.

Manteve-se o esforço da empresa no sentido de diminuir o peso dos Fornecimentos e Serviços Externos nos custos totais, mas não deverá esquecer-se o abaixamento da média anual destes custos verificado nos últimos anos. Não é possível pensar-se no abaixamento contínuo e ininterrupto, até porque existem imprevistos. Foi o que aconteceu em 2017 quando no início do ano se verificou um acidente no Terminal Portuário do Beato, que envolveu equipamentos da Silopor e um navio à descarga. A situação foi rapidamente superada, mas, como é óbvio, desequilibrou a evolução do indicador agora em análise.

Outro acontecimento de vital importância para a operacionalidade da empresa e com consequências nos seus resultados e, dentro destes, do aumento do valor de Fornecimento e Serviços Externos foi a necessidade dos trabalhos de dragagem levados

a cabo a jusante do Terminal Portuário da Trafaria. Desde há algum tempo que se vinha a verificar que em terreno de praia da responsabilidade exclusiva da Administração do Porto de Lisboa, por acumulação de detritos com origem muito provavelmente na foz do Tejo, havia um prolongamento cada vez maior desse assoreamento no sentido do rio, até que tornou impraticável um dos cais da Silopor. A empresa sempre reclamou junto da APL pela necessidade de que aquela Administração levasse a cabo os trabalhos de dragagem na zona exclusiva da sua responsabilidade. A Silopor, perante a ausência de solução e para manter a operacionalidade das instalações de que é concessionária, viu-se na necessidade de ser ela própria a efetuar os trabalhos. A Silopor foi assim forçada a realizar e liquidar trabalhos de desassoreamento inadiáveis que totalizaram 537.000 €, os quais pesam nos Fornecimentos e Serviços Externos. Estes registaram, assim, uma subida de 7,8%, cifrando-se em 5.458.681 €.

Neste enquadramento, foi possível libertar em 2017 um EBIDTA de 6.693,393 €, o que corresponde a um aumento de 1,4% relativamente a 2016. Também o Resultado Líquido de Impostos apresenta uma evolução positiva, tendo-se cifrado em 3.666.975 €, o que corresponde a um aumento de 3,4% relativamente a 2016. Se já no ano de 2016 a Silopor apresentara o seu melhor Resultado Líquido de impostos de sempre, esse Resultado aumentou em 2017, o que torna o ano em apreço no melhor ano de sempre da empresa do ponto de vista dos Resultados.

O relacionamento financeiro com a Direção Geral do Tesouro e Finanças prosseguiu ao abrigo do Protocolo assinado entre as duas entidades em 2 de Setembro de 2016.

Enquadrada nesse Protocolo, a Silopor transferiu ao longo do ano para a Direção Geral do Tesouro e Finanças o montante global de 4.401.926,85 €.

É de salientar que mais uma vez se verifica a não existência de qualquer dívida por parte da empresa e que toda a consolidação financeira foi feita com recurso exclusivo à libertação de fundos gerados pela sua atividade, sem qualquer endividamento bancário.

A continuidade da classificação jurídica como empresa em liquidação continuou a impedir na prática quaisquer investimentos na expansão da capacidade de oferta. Foi, no entanto, possível realizar todos os gastos plurianuais na área da manutenção dos equipamentos mantendo a total operacionalidade da empresa.

Foi igualmente possível concluir a automatização da receção dos camionistas no Terminal Portuário do Beato, a exemplo do que já anteriormente entrara em vigor na Trafaria. Tais trabalhos de informática permitiram uma maior qualidade do serviço prestado e uma economia dos custos operacionais.

A garantia e melhoria de qualidade dos serviços prestados sempre foi uma preocupação que norteou a atuação da Silopor. 2017 não foi por isso diferente.

No âmbito da Certificação da Empresa em Segurança Alimentar fechou-se o 3.º ciclo (2015 – 2018) com a realização da 2.ª Auditoria de Acompanhamento externo em 29 de



junho, de que resultou a manutenção da certificação em Sistemas de Gestão de Segurança Alimentar, confirmada em 29 de agosto de 2017 pela entidade certificadora.

O Certificado de Conformidade PT09/02854 – Versão 5, emitido desde agosto de 2009 e revalidado sucessivamente em 2012, 2015 e 2017 por empresa acreditada para o efeito, continua válido até 11 de agosto de 2018, garantindo assim a certificação integral de todas as instalações da Empresa “pelos atividades de Receção, Movimentação, Armazenamento, Tratamento, Secagem, Expedição e Transporte de Cereais e Outros Graneis Sólidos Alimentares”, em conformidade com os requisitos da norma NP EN ISO 22 000.

No que respeita à aplicação do DL 226/2006 de 15 de novembro, que transpõe as obrigações legais constantes no Código ISPS – *International Ship and Port Facilities Security Code*, foram revalidadas as Declarações de Conformidade anuais, emitidas pela Autoridade Competente para a Proteção do Transporte Marítimo e Portos, ACPTMP, para ambas as Instalações Portuárias (IPs) – a Declaração n.º 868, válida até 09.02.2018, para a IP Beato N.º IMO PTLIS-0016, e a Declaração n.º 870, válida até 11.02.2018, para a IP Trafaria N.º IMO PT LIS-0015.

Ainda no âmbito do Código ISPS e na sequência da aprovação pela entidade Competente das Avaliações de Proteção das IPs em julho de 2017, desenvolveram-se os trabalhos de atualização obrigatória dos respetivos Planos de Proteção os quais foram entregues para apreciação prévia da Autoridade Portuária.

Em cumprimento das obrigações legais inscritas no Regime Jurídico da Promoção e Prevenção da Segurança e Saúde no Trabalho, no que se refere especificamente às Medidas de Autoproteção obrigatórias, o Plano de Emergência Interno do Terminal Portuário do Beato, aprovado desde janeiro de 2014, foi atualizado e validado, após a realização, com sucesso, do simulacro de evacuação total das instalações realizado em julho de 2017.

Ainda nesta vertente, os trabalhos de elaboração do Plano de Segurança Interno do Terminal Portuário da Trafaria, iniciados em 2014, prosseguiram o seu curso, não tendo ainda sido possível concluir o referido Plano durante o ano em apreço.

Ao longo de todo o ano continuou a operacionalizar-se o contrato de prestação de serviços externos de Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho firmado em 2016, nomeadamente no que se refere à realização de visitas/verificações técnicas regulares a todas as instalações da Empresa para avaliação das condições de trabalho e de riscos, medições técnicas e informação aos trabalhadores.

Promoveu-se, em conjunto com os responsáveis locais, a dinamização das recomendações de segurança e a implementação gradual do programa formações externas em segurança no trabalho.

Internamente realizaram-se as formações iniciais de segurança, obrigatórias no acolhimento aos novos trabalhadores contratados.

No que respeita à política de pessoal, e a exemplo do que se passara já no ano anterior, foi possível admitir para o quadro um conjunto de 11 trabalhadores que se encontravam contratados a termo certo. Trata-se de trabalhadores do sector operacional admitidos exclusivamente em substituição daqueles que ao longo do período se foram reformando.

Para além dos efeitos na melhoria dos índices etários e de qualificação dos trabalhadores, esta decisão, só possível graças ao apoio do Acionista nesta matéria, muito tem contribuído ao longo dos últimos dois anos para a melhoria do ambiente social da empresa.

No final de 2017 a empresa tinha ao seu serviço 96 trabalhadores efetivos e ainda 4 trabalhadores contratados a termo certo, embora com uma antiguidade de contrato bem mais reduzida do que anteriormente.

Face às decisões do Acionista quanto a novas contratações que permitam minorar os inevitáveis efeitos das passagens à situação de reforma previstas para o corrente ano, a Comissão Liquidatária tudo fará para manter a operacionalidade e a qualidade dos serviços que oferece ao mercado.

Podemos assim, mais uma vez afirmar que a empresa encerrou o exercício em apreço com uma boa situação de mercado e uma sólida situação financeira suscetíveis de dar

ao Acionista um maior leque das possibilidades para as decisões sobre a estratégia futura da empresa.

### **PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS**

Propõe-se que o Resultado Líquido de Imposto de 3.666.975 € transite para o exercício de 2018 da seguinte forma:

Reserva legal _____	183.349 €
Resultados Transitados _____	3.483.626 €

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

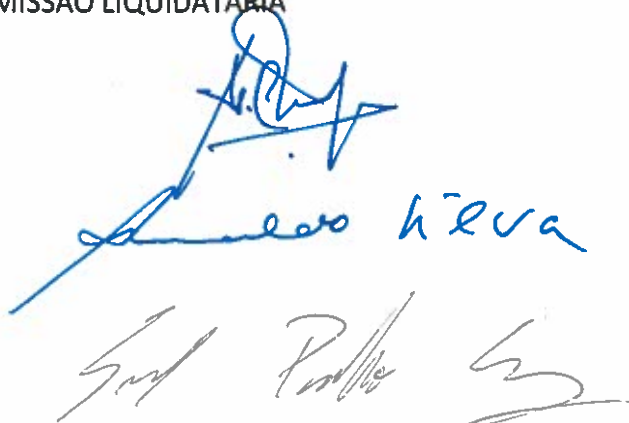
Não queremos deixar de reconhecer o apoio e graus de liberdade que o Acionista sempre concedeu à gestão da empresa.

Mais uma vez reconhecer igualmente o sempre presente acompanhamento do Senhor Revisor Oficial de Contas, a quem deixamos uma palavra de agradecimento.

Reconhecer ainda que o que foi conseguido no sucesso da empresa ficou em grande parte a dever-se ao empenhamento e qualidade do trabalho dos colaboradores da empresa a quem queremos deixar o nosso reconhecimento.

E deixar finalmente uma palavra de agradecimento ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral pela forma como sempre assegurou o funcionamento das respetivas reuniões.

A COMISSÃO LIQUIDATÁRIA



António Silva  
José Pedro

Lisboa, 31 de janeiro de 2018

## **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**


**2017**

RUBRICAS	Notas	DATAS	
		31/12/2017	31/12/2016
<b>ACTIVO</b>			
		SNC	SNC
<b>ATIVO NÃO CORRENTE</b>			
<i>Ativos Fixos Tangíveis</i>	4		
Edifícios e outras construções		10.059.789	11.449.667
Equipamento básico		1.231.410	1.534.381
Equipamento de transporte		1.023	24.889
Equipamento administrativo		7.882	28.028
Outros ativos tangíveis		572.146	575.844
		<b>11.872.250</b>	<b>13.612.809</b>
<i>Investimentos Financeiros</i>		2.818	1.634
<i>Investimentos em Curso</i>			
Edifícios e outras construções		0	0
		<b>11.875.068</b>	<b>13.614.443</b>
<b>ATIVO CORRENTE:</b>			
Inventários	5	505.028	433.827
Clientes	6	2.781.804	3.081.997
Estado e outros entes públicos	7	13.024	0
Outras contas a receber	8	809.766	0
Diferimentos	9	1.115.687	607.654
Caixa e depósitos bancários	10	4.491.200	4.810.486
		<b>9.716.509</b>	<b>8.933.964</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>21.591.577</b>	<b>22.548.407</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital realizado	11	46.407.000	46.407.000
Reservas legais	12	773.950	596.611
Resultados transitados	13	-33.955.060	-33.363.417
Excedentes de revalorização	12	2.713.525	3.126.201
Resultado Líquido do período	13	3.666.975	3.546.782
<b>Total do capital próprio</b>		<b>19.606.390</b>	<b>20.313.177</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>PASSIVO CORRENTE</b>			
Fornecedores	14	853.461	677.756
Pessoal		1.744	1.838
Estado e outros entes públicos	7	337.930	862.668
Outras contas a pagar	15	790.849	691.765
Diferimentos	9	1.203	1.203
		<b>1.985.187</b>	<b>2.235.230</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>1.985.187</b>	<b>2.235.230</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>21.591.577</b>	<b>22.548.407</b>

Contabilista Certificado nº 17277

Maria Helena Louro

Comissão Liquidatária





SILOPOR - Empresa de Silos Portuários, S.A., em liquidação  
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS  
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017



Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31/12/2017	31/12/2016
Vendas e serviços prestados	16	17.569.357	16.711.168
Custo das matérias consumidas	17	-253.302	-193.600
Fornecimentos e serviços externos	18 e 21	-5.458.681	-5.063.563
Gastos com pessoal	19	-4.196.968	-4.092.517
Outros rendimentos e ganhos		84.459	76.947
Outros gastos e perdas	20	-1.051.472	-837.066
<i>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</i>		<b>6.693.393</b>	<b>6.601.369</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-1.740.559	-1.823.255
<i>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</i>		<b>4.952.834</b>	<b>4.778.114</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	22	66	591
Juros e gastos similares suportados	22	-3.448	-5.688
<i>Resultados antes de impostos</i>		<b>4.949.452</b>	<b>4.773.017</b>
Imposto sobre o rendimento do período	23	-1.282.477	-1.226.235
<i>Resultado líquido do período</i>		<b>3.666.975</b>	<b>3.546.782</b>

Contabilista Certificado nº 17277

Helena Louro

Comissão Liquidatária

  
 Fernando Vieira  




SILOPOR - Empresa de Silos Portuários, S.A., em liquidação  
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

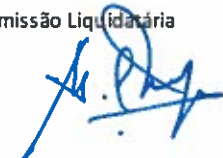

Euros

	Notas	2017	2016
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		18.203.178 €	18.433.824 €
Pagamentos a fornecedores		-8.749.505 €	-7.510.610 €
Pagamentos ao pessoal		-2.068.142 €	-2.018.663 €
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>7.385.531 €</b>	<b>8.904.551 €</b>
Pagamento/recebimento do imposto s/rendimento		-1.773.950 €	-658.716 €
Outros recebimentos		398.177 €	148.924 €
Outros pagamentos	13	-6.325.633 €	-5.896.948 €
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>		<b>-315.875 €</b>	<b>2.497.811 €</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
<u>Pagamentos respeitantes a:</u>			
Ativos fixos tangíveis		-357 €	0 €
<u>Recebimentos provenientes de:</u>			
Juros e rendimentos similares		4 €	715 €
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>		<b>-353 €</b>	<b>715 €</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
<u>Pagamentos respeitantes a:</u>			
Financiamentos obtidos	22	-1.709 €	-1.913 €
Juros e custos similares		-1.349 €	-1.692 €
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>		<b>-3.058 €</b>	<b>-3.605 €</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>-319.286</b>	<b>2.494.921</b>
Caixa e s/equivalentes no início do período	10	4.810.486	2.315.565
Caixa e s/equivalentes no fim do período	10	4.491.200	4.810.486

Contabilista Certificado nº 17277

Maris Helena Louro

Comissão Liquidatária

  
 A. P. P.  
 A. L. A. L. A.  


SILOPOR - Empresa de Silos Portuários, S.A., em liquidação

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS LEGAIS	RESULTADOS TRANSITADOS	EXCED. REVALOR.	RESULT. LIQ. PERÍODO	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO
Posição no início do período: 01/01/2016		46.407.000	507.879	-33.399.784	3.538.877	1.774.641	18.828.613
Alterações no exercício							
Alterações de políticas contabilísticas				-2.062.219			-2.062.219
		46.407.000	507.879	-35.462.003	3.538.877	1.774.641	16.766.394
Resultado líquido do período							
Resultado Integral						3.546.782	3.546.782
Operações com detentores de capital no período							
Transferências de reservas de reaval. p/ result. transitados	12			412.676	-412.676		
Transferência para resultados transitados	13		88.732	1.685.909		-1.774.641	
Posição no fim do período: 31/12/2016		46.407.000	596.611	-33.363.417	3.126.201	3.546.782	20.313.177
Outras alterações reconhecidas no capital próprio				-4.373.761			-4.373.761
Resultado líquido do período		46.407.000	596.611	-37.737.178	3.126.201	3.546.782	15.939.416
Resultado Integral						3.666.975	3.666.975
Operações com detentores de capital no período							
Transferências de reservas de reaval. p/ result. transitados	12			412.676	-412.676		
Transferências para reservas e resultados transitados	13		177.339	3.369.443		-3.546.782	
Posição no fim do período: 31/12/2017		46.407.000	773.950	-33.955.060	2.713.525	3.666.975	19.606.390

Contabilista Certificado nº 17277

Comissão Liquidatária

Maris Helena Louro

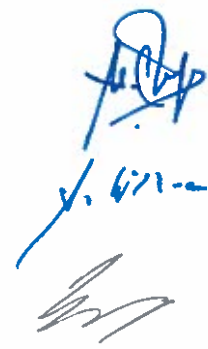
*[Handwritten signatures]*  
 Fernando Silva  
 [Signature]

---

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**2017**

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**ÍNDICE**



1. Nota introdutória
2. Bases de apresentação
3. Principais políticas contabilísticas
  - Ativo tangível
  - Locações
  - Imposto sobre o rendimento
  - Inventários
  - Ativos financeiros
  - Contas a receber
  - Caixa e equivalentes a caixa
  - Financiamentos obtidos
  - Provisões
  - Imparidades
  - Contas a pagar
  - Benefícios com pessoal
  - Rédito
  - Classificação de balanço
  - Especialização do exercício
  - Acontecimentos após o balanço
  - Reserva legal
  - Juízos de valor
    - (1) Reconhecimento de ativos por impostos diferidos
    - (2) Ativos tangíveis
4. Ativos tangíveis
5. Inventários
6. Dívidas correntes a receber
7. Estado e outros entes públicos
8. Outras contas a receber
9. Diferimentos
10. Caixa e equivalentes a caixa
11. Capital
12. Reservas e excedentes
13. Resultados transitados
14. Dívidas correntes a pagar
15. Outras contas a pagar
16. Rédito
17. Custo das matérias consumidas
18. Fornecimentos e serviços externos
19. Gastos com pessoal
20. Outros gastos e perdas
21. Locações operacionais
22. Resultados financeiros
23. Imposto sobre o rendimento
24. Acontecimentos após a data do balanço
25. Outras informações

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017


### 1. NOTA INTRODUTÓRIA

A SILOPOR – Empresa de Silos Portuários, S.A., em liquidação, é uma sociedade anónima com o capital social representado por ações nominativas pertencentes ao Estado Português. Foi constituída ao abrigo do Decreto-Lei n.º 293-A/86, de 12 de setembro, como resultado da cisão operada na Empresa Pública de Abastecimento de Cereais (EPAC), alterado por ratificação pela Lei n.º 32/87, de 10 de julho.

Por imperativo das regras comunitárias, após a liberalização dos mercados de comércio de cereais, determinou-se a dissolução e liquidação da sociedade com a Lei n.º 188/2001, de 25 de junho, reconhecendo-se a importância da atividade no ramo agroalimentar. Assim, a concessão da exploração da atividade da Silopor fez-se em regime de serviço público, mediante a adjudicação a operadores privados, salvaguardando-se a continuidade da gestão corrente pela Empresa.

Por despacho governamental, no início do exercício de 2014 procedeu-se à adjudicação provisória da concessão da atividade da Silopor. Porém, depois de diversos contenciosos e do não cumprimento das regras concursais por parte do concorrente que estava em primeiro lugar no concurso, este foi anulado por despacho de 9 de outubro de 2014.

A principal atividade da Empresa consiste na prestação de serviços de receção, movimentação, armazenagem, expedição e transporte de matérias-primas alimentares e produtos conexos aos operadores comerciais inseridos no seu ramo de atividade, mediante a utilização das suas infraestruturas de armazenagem.

A Empresa, para além do Terminal Portuário do Beato, possui ainda as instalações do Terminal Portuário da Trafaria e o Silo de Vale de Figueira.

**Sede Social – Terminal Portuário do Beato, Rua da Cintura do Porto de Lisboa**

**Capital Social – 46.407.000 Euros**

**Nº Contribuinte – 501 904 077**

**Demonstrações Financeiras em 31/12/2017**

### 2. BASES DE APRESENTAÇÃO

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), com a aprovação do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com as retificações de Declaração de Retificação nº 67-B/2009, de 11 de setembro.

Assim, a informação financeira apresentada foi preparada com base no entendimento que a Empresa tem do normativo relativo às NCRF, em conjugação com o atual processo de concessão da atividade da Silopor.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros.

### 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS



Durante o exercício de 2017 não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas nem erros materiais relativos a exercícios anteriores. Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são comparáveis com os do exercício anterior, apresentados como comparativos nas presentes demonstrações financeiras.

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras foram as que seguidamente se apresentam, em resumo:

#### Ativo tangível

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os diplomas legais publicados para o efeito e os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até 1 de janeiro de 2010 (data de transição para o SNC), deduzidos das depreciações acumuladas (nota 4).

Os ativos fixos tangíveis adquiridos posteriormente à data de transição são apresentados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações. O custo de aquisição inclui eventuais despesas imputáveis à compra.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes a partir do ano em que os bens entram em funcionamento, utilizando as taxas previstas no Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro, na rubrica "Depreciações" da demonstração de resultados.

Os gastos de manutenção e reparação dos ativos tangíveis são registados como custos no exercício em que ocorrem (nota 18). As beneficiações que aumentam o período de vida estimado dos bens são capitalizadas e depreciadas de acordo com o acréscimo de vida estimado.

As beneficiações apenas são registadas como ativo nos casos em que comprovadamente aumentem a sua vida útil ou aumentem a sua eficiência, traduzindo-se num acréscimo dos benefícios económicos futuros.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação de ativos fixos tangíveis são determinados pela diferença entre os recebimentos da alienação e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados como outros rendimentos e ganhos.

#### Locações

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contrato de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo tangível, as depreciações acumuladas e as dívidas de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. De acordo com este método, o custo do ativo é registado como ativo fixo tangível, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações são reconhecidos como custos na demonstração de resultados do exercício a que respeitam (nota 18), (nota 22).

Os bens cuja utilização decorre do regime de aluguer de longa duração estão contabilizados pelo método da locação operacional. De acordo com este método, as rendas pagas são reconhecidas como custo durante o período de aluguer a que respeitam (nota 21).

## **Imposto sobre o rendimento**

O imposto sobre o rendimento inclui imposto corrente.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da Empresa de acordo com as regras fiscais em vigor. Este difere do resultado contabilístico, dado que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas são dedutíveis em outros exercícios ou nunca serão dedutíveis ou tributáveis (nota 23).

## **Inventários**

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se registadas ao custo de aquisição, englobando o preço de compra adicionado dos gastos suportados por essa aquisição

As existências no final do exercício são determinadas a partir dos registos contabilísticos confirmados por contagens físicas. As existências e os consumos utilizam o custo médio ponderado como método de custeio (nota 5).

## **Ativos Financeiros**

A Empresa classifica os seus ativos financeiros conforme o reconhecimento inicial do investimento. Um ativo financeiro é qualquer ativo que seja dinheiro ou um direito contratual de receber dinheiro.

## **Clientes e outras contas a receber**

Os saldos de clientes constituem as contas a receber por serviços prestados pela Empresa. São classificadas como ativo corrente, não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade de modo a que reflitam o seu valor realizável. As referidas perdas são registadas quando existe uma evidência de que a Empresa não receberá o total do montante em dívida conforme as condições iniciais na conta de resultados no exercício em que se verificarem (nota 6).

## **Caixa e equivalentes a caixa**

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e garantias (nota 10).

## **Imparidades**

São registadas imparidades para perdas de valor quando existem indicadores objetivos que a Empresa não irá receber os montantes a que tem direito de acordo com os contratos estabelecidos. Na identificação destes são utilizadas algumas evidências, tais como:

- Antiguidade do incumprimento
- Dificuldade financeira do devedor
- Probabilidade de falência do devedor

As imparidades são determinadas pela diferença entre o valor recuperável e o valor de balanço do ativo financeiro e são registadas na demonstração de resultados em "Perdas por imparidades".

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão de perdas por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados.

### **Fornecedores e contas a pagar**

Os saldos de fornecedores e outras dívidas a terceiros são responsabilidades respeitantes a aquisição de materiais ou serviços pela Empresa e registadas pelo seu valor nominal. São classificados como passivo corrente se o pagamento for devido dentro de um ano ou menos (nota 14).

### **Benefícios com pessoal**

De acordo com a legislação em vigor, os funcionários têm direito a férias e subsídio de férias, direito adquirido no ano anterior ao do seu pagamento.

### **Rédito**

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração de resultados no período em que são prestados. O rédito a reconhecer é deduzido do montante de descontos ou outros abatimentos e não inclui IVA (nota 16).

Os juros e proveitos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e de acordo com a taxa de juro aplicável (nota 22).

### **Classificação do balanço**

Os ativos e passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

### **Regime do acréscimo**

Os rendimentos e os gastos reconhecidos no exercício que ainda não tenham sido faturados ou cuja fatura ainda não tenha sido recebida são registados nas rubricas de balanço de "Outras contas a receber" e "Outras contas a pagar".

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registados nas rubricas de diferimentos no passivo e no ativo, respetivamente.

Os custos e proveitos são contabilizados de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, sendo reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento. Aqueles cujo valor real não seja conhecido são contabilizados por estimativa.



### **Acontecimentos após a data do balanço**

Os acontecimentos ocorridos após a data de balanço, mas antes da aprovação das demonstrações financeiras, que proporcionem informação adicional sobre situações existentes à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras do período.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação sobre situações ocorridas após essa data, se materialmente relevantes, são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

### **Juizados de valor**

A preparação das demonstrações financeiras, em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração das normas contabilísticas e de relato financeiro, requer que a Comissão Liquidatária formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor reconhecido dos ativos e passivos, bem como os proveitos e custos.

Essas estimativas e pressupostos significativos formulados pela Comissão Liquidatária na preparação destas demonstrações financeiras incluem, nomeadamente, os pressupostos utilizados no tratamento dos seguintes assuntos:

#### **➤ Reconhecimento de ativos por impostos diferidos**

São reconhecidos ativos por impostos diferidos apenas quando existe forte segurança de que existirão lucros tributáveis futuros, disponíveis para a utilização das diferenças temporárias, ou quando existam passivos por impostos diferidos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os ativos por impostos diferidos sejam revertidos. A avaliação dos ativos por impostos diferidos é efetuada pela gestão no final de cada exercício, tendo em atenção a expectativa futura.

Pelo facto da Empresa se encontrar numa situação de liquidação, não foram reconhecidos impostos diferidos.

#### **➤ Ativos fixos tangíveis**

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que os benefícios económicos futuros fluam para a entidade e o ativo tenha um valor que possa ser mensurado com fiabilidade.

O valor do ativo apresentado, após dedução de depreciações, é a quantia pelo qual o item é reconhecido no balanço.

Conforme decisão tomada pela Comissão Liquidatária, os ativos tangíveis totalmente depreciados não foram objeto de valorização apesar de continuarem a laborar.

## **4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS**

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os movimentos ocorridos no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foram os seguintes:

Descrição	Edifícios e outras construções	Equip. básico	Equip. de transporte	Equip. Administr.	Outros ativos tangíveis	Total
<b>Ativo bruto:</b>						
Saldo em 1/1/2016	60.054.322	55.856.473	1.221.644	1.094.014	6.504.116	124.730.569
Adições				2.317		2.317
Alienações e abates			-31.580			-31.580
Transferência				-1.828		-1.828
Saldo em 1/1/2017	60.054.322	55.856.473	1.190.064	1.094.503	6.504.116	124.699.478
Adições						
Alienações e abates			-57.992			-57.992
Transferência						
Saldo em 31/12/2017	60.054.322	55.856.473	1.132.072	1.094.503	6.504.116	124.641.486
<b>Depreciações e perdas acumuladas</b>						
Saldo em 1/1/2016	47.214.777	53.967.628	1.161.431	1.028.405	5.924.581	109.296.822
Ajustamentos						
Reforços	1.389.878	354.464	35.324	39.898	3.691	1.823.255
Abates						
Transferência			-31.580	-1.828		-33.408
Saldo em 1/1/2017	48.604.655	54.322.092	1.165.175	1.066.475	5.928.272	111.086.669
Reforços	1.389.878	302.971	23.866	20.146	3.698	1.740.559
Reduções						
Abates			-57.992			-57.992
Transferência						
Saldo em 31/12/2017	49.994.533	54.625.063	1.131.049	1.086.621	5.931.970	112.769.236
<b>Valor líquido em 31/12/2016</b>	<b>11.449.667</b>	<b>1.534.381</b>	<b>24.889</b>	<b>28.028</b>	<b>575.844</b>	<b>13.612.809</b>
<b>Valor líquido em 31/12/2017</b>	<b>10.059.789</b>	<b>1.231.410</b>	<b>1.023</b>	<b>7.882</b>	<b>572.146</b>	<b>11.872.250</b>

*Handwritten signature and name: Amélia Vieira*

## 5. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica tinha a seguinte composição:

Descrição	2017	2016
Mat. primas, subsid. e de consumo	505.028	433.827
<b>Total</b>	<b>505.028</b>	<b>433.827</b>

## 6. DIVIDAS CORRENTES A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica tinha a seguinte composição:

Descrição	2017	2016
Clientes c/corrente	2.781.804	3.081.997
<b>Total</b>	<b>2.781.804</b>	<b>3.081.997</b>

## 7. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não existiam dívidas ao Estado ou outros entes públicos. Os saldos com estas entidades tinham a seguinte composição:

Descrição	2017	2016
<b>Saldos devedores:</b>		
<b>IRC</b>		
Estimativa de imposto	195.319	691.732
Pagamento por conta	1.087.157	534.448
Retenção na fonte	1	55
Tributação	(1.282.477)	(1.226.235)
<b>IVA</b>	13.024	0
<b>Total</b>	<b>13.024</b>	<b>0</b>
<b>Saldos credores:</b>		
IRS	62.096	59.195
IRC	195.319	691.732
IVA	0	36.202
Segurança Social	80.515	75.539
<b>Total</b>	<b>337.930</b>	<b>862.668</b>

## 8. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica tinha a seguinte composição:

Descrição	2017	2016
Juros a receber	0	0
Serviços a faturar	672.919	0
Serviços diversos	76.847	0
Regularização de sinistros	60.000	0
<b>Total</b>	<b>809.766</b>	<b>0</b>

## 9. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica tinha a seguinte composição:

Descrição	2017	2016
<b>Gastos a reconhecer:</b>		
Manutenção	724.286	226.761
Rendas	117.365	116.057
Seguros	272.954	263.754
Diversos	1.082	1.082
	<b>1.115.687</b>	<b>607.654</b>
<b>Rendimentos a reconhecer:</b>		
Renda Telecel	(1.203)	(1.203)

## 10. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

Descrição	2017	2016
<b>Caixa e equivalentes a caixa:</b>		
Numerário	10.754	8.033
Depósitos à ordem	4.399.752	4.721.759
Depósito - Garantias	80.694	80.694
	<b>4.491.200</b>	<b>4.810.486</b>

## 11. CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2017, o capital, totalmente subscrito e realizado, estava representado por 9.300.000 ações nominativas com o valor de € 4,99 cada.

O Estado Português é detentor da totalidade das ações da empresa.

## 12. RESERVAS E EXCEDENTES

Os movimentos ocorridos nestas rubricas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
<b>Reserva legal:</b>		
Saldo inicial	596.611	507.879
Aplicação de resultados	177.339	88.732
<b>Saldo final</b>	<b>773.950</b>	<b>596.611</b>
<b>Excedente de revalorização:</b>		
Saldo inicial	3.126.201	3.538.878
Realização	- 412.676	- 412.677
	<b>2.713.525</b>	<b>3.126.201</b>

### Reserva legal

A legislação comercial portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual deve ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social.

Esta reserva não pode ser distribuída a não ser em caso de liquidação da Empresa. Poderá no entanto ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

A Empresa procedeu em anos anteriores à reavaliação de parte do seu ativo fixo tangível ao abrigo dos seguintes diplomas:

- Dec. Lei n.º 49/91, de 25 de janeiro
- Dec. Lei n.º 264/92, de 24 de novembro

Foi regularizado o valor de € 412.676, correspondente à realização de excedente de revalorização, distribuído do seguinte modo:

Descrição	Dec. Lei n.º 49/91	Dec. Lei n.º 264/92
<b>T.P.Trafaria</b>		
- Edifícios e outras construções	310.169	
- Equipamento básico	39.782	
Total	<b>349.951</b>	
<b>T.P.Beato</b>		
- Edifícios e outras construções	31.473	30.438
- Equipamento básico	632	182
Total	<b>32.105</b>	<b>30.620</b>

Para o apuramento do lucro tributável, não são considerados 40% do montante das depreciações relativas a esses ativos.

### 13. RESULTADOS TRANSITADOS

Por deliberação da Assembleia Geral da Silopor, realizada em 26 de setembro de 2017, a aplicação do resultado líquido do exercício de 2016 foi a seguinte:

Reserva legal ..... € 177.339  
 Resultados transitados ..... € 3.369.443  
**Resultado líquido do exercício .... € 3.546.782**

Propõe-se que a aplicação do resultado líquido do exercício de 2017 seja a seguinte:

Reserva legal ..... € 183.349  
 Resultados transitados ..... € 3.483.626  
**Resultado líquido do exercício .... € 3.666.975**

Os movimentos ocorridos nesta rubrica nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
<b>Resultados Transitados:</b>		
Saldo inicial	(33.363.417)	(33.399.784)
Transferência de Resultados	3.369.443	1.685.909
Regularizações	(4.373.761)	(2.062.219)
Excedente de Reserva Reavaliação	412.676	412.676
<b>Total</b>	<b>(33.955.060)</b>	<b>(33.363.417)</b>

  
Anel da Silva

Ao abrigo do Protocolo assinado em 2 de setembro de 2016, a SILOPOR transferiu € 4.401.927 para a Direção Geral do Tesouro e Finanças.



#### 14. DIVIDAS CORRENTES A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica tinha a seguinte composição:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/corrente	853.461	677.756
	<b>853.461</b>	<b>677.756</b>

#### 15. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica tinha a seguinte composição:

Descrição	2017	2016
Remunerações a liquidar	477.291	460.776
Acréscimos de subcontratos	147.450	58.302
Acréscimos de gastos	147.791	144.995
Serviços diversos	18.317	27.692
Total	<b>790.849</b>	<b>691.765</b>

#### 16. RÉDITO

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica tinha a seguinte composição:

Descrição	2017	2016
<b>Prestação de serviços:</b>		
Descargas	13.597.920	11.789.410
Movimentações secundárias	695.942	648.222
Armazenagem	2.972.348	4.089.380
Serviços secundários	187.365	123.813
Outras	115.782	60.343
Total	<b>17.569.357</b>	<b>16.711.168</b>

Por mercado geográfico, as prestações de serviços distribuíram-se da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Mercado interno	11.241.901	9.870.944
Mercado externo: - União Europeia	6.327.456	6.840.224
Total	<b>17.569.357</b>	<b>16.711.168</b>

## 17. CUSTO DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica tinha a seguinte composição:

Descrição	2017	2016
Materiais consumíveis	253.302	193.600
<b>Total</b>	<b>253.302</b>	<b>193.600</b>

Os custos de consumíveis correspondem ao valor dos materiais existentes na rubrica "Inventários" utilizados na manutenção e reparação de equipamentos.

## 18. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Fornecimento e serviços externos" apresentava a seguinte composição:

Descrição	2017	2016
Subcontratos	1.691.521	1.420.265
Energia	1.213.441	1.151.746
Trabalhos especializados	176.633	158.335
Vigilância e segurança	274.956	272.934
Honorários	9.846	16.623
Manutenção e reparação	717.588	616.336
Materiais	24.423	23.740
Combustíveis	52.629	39.797
Água	30.874	33.950
Deslocações e estadas	18.075	15.244
Rendas	729.490	715.059
Comunicação	35.198	31.739
Seguros	394.752	479.721
Despesas de representação	8.449	10.022
Limpeza e higiene	67.947	68.930
Outros fornecimentos	12.859	9.122
<b>Total</b>	<b>5.458.681</b>	<b>5.063.563</b>

## 19. GASTOS COM O PESSOAL

No final do exercício de 2017, o número de trabalhadores ao serviço da empresa era de 100 (101 em 2016), repartidos por 96 efetivos (88 em 2016) e 4 contratados a termo certo (13 em 2016).

O número médio de trabalhadores em 2017 foi de 100 (100 em 2016).

Órgãos Sociais	2017	2016
<b>Assembleia Geral</b>		
- Presidente	1.268	1.268
- Vice-Presidente		1.168
- Secretário		1.062
<b>Comissão Liquidatária</b>		
- Presidente	124.055	120.628
- Vogal	59.704	58.084
- Vogal	34.235	23.492
<b>Total</b>	<b>219.262</b>	<b>205.702</b>
<b>Fiscal Único (FSE)</b>	<b>14.078</b>	<b>14.078</b>
<b>Total Geral</b>	<b>233.340</b>	<b>219.780</b>

A rubrica de remunerações dos membros dos Órgãos Sociais, regista os custos com a Comissão Liquidatária, Assembleia Geral, sendo os custos com o Fiscal Único registados como fornecimentos e serviços externos, em trabalhos especializados (nota 18).

Não existe qualquer plano complementar de reforma para a Comissão Liquidatária.

Um dos membros encontra-se abrangido pelo regime da Caixa Geral de Aposentações, os restantes pelo regime da Segurança Social.

Gastos com pessoal	2017	2016
Remunerações	2.823.658	2.774.568
Segurança social	677.649	662.473
FGCT	512	191
Seguros	318.820	306.874
Outros custos com pessoal	157.067	142.708
<b>Total</b>	<b>3.977.706</b>	<b>3.886.814</b>

Os outros custos com pessoal englobam seguros de acidentes de trabalho, indemnizações, gastos de ação social, formação e fardamento.

Os custos de ação social incluem custos com medicina no trabalho e assistência na doença, formação profissional e gastos com refeitórios.

De acordo com a Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto, foi criado o Fundo de Compensação do Trabalho.

O FGCT - Fundo de Garantia de Compensação de Trabalho, considerado como gasto do exercício;

O FCT – Fundo de Compensação do Trabalho, considerado como Ativo Financeiro.

## 20. OUTROS GASTOS E PERDAS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica tinha a seguinte composição:

Descrição	2017	2016
Impostos diretos e indiretos	23.271	25.790
Taxas portuárias	904.143	745.153
Descontos concedidos	12.267	11.332
Donativos	12.400	12.548
Sinistros	74.007	0
Correções de exercícios anteriores	4.432	29.718
Outros	20.952	12.525
<b>Total</b>	<b>1.051.472</b>	<b>837.066</b>

## 21. LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Os gastos registados no exercício relativos a locações operacionais respeitam a equipamentos de transporte. Não se prevê opção de compra no final do contrato, nem qualquer valor referente a rendas contingentes. Todos os contratos são canceláveis mediante um pré-aviso e não impõem restrições de qualquer natureza.



Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os valores das rendas pagas, reconhecidas como gasto no período, decorrentes de contratos de locação operacional, foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Veículos automóveis ligeiros	33.007	18.533
<b>Total</b>	<b>33.007</b>	<b>18.533</b>

## 22. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 tinham a seguinte composição:

Descrição	2017	2016
<b>Gastos e perdas financeiros</b>		
Juros suportados	0	2.092
Outros gastos financeiros	3.448	3.596
<b>Total</b>	<b>3.448</b>	<b>5.688</b>
<b>Rendimentos financeiros</b>		
Juros obtidos	66	591
<b>Total</b>	<b>66</b>	<b>591</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>(3.382)</b>	<b>(5.097)</b>

## 23. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, atualmente à taxa de 21%, acrescida de Derrama de 1,5% e, conforme artigo 87.º-A do CIRC, também sujeita a Derrama Estadual cuja taxa de 3% incide sobre a parte do lucro tributável superior a € 1.500.000,00.

Ao valor da coleta de IRC acresce ainda a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, nomeadamente devido a despesas de representação e despesas com viaturas.

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são os seguintes:

Descrição	2017	2016
Tributação Autónoma	23.710	13.091
Derrama	76.692	74.008
Derrama Estadual	108.384	103.017
IRC	1.073.691	1.036.119
<b>Total</b>	<b>1.282.477</b>	<b>1.226.235</b>

## 24. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Após o encerramento do exercício, e até a elaboração do relatório, não ocorreram situações materialmente relevantes que, de acordo com o disposto na NCRF 24 (Acontecimentos após a data do balanço), implicassem quaisquer ajustamentos às demonstrações.

## 25. OUTRAS INFORMAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2017, as responsabilidades assumidas perante terceiros por garantias bancárias no valor de € 80.693,92 são prestadas pela Empresa a favor da APL - Administração do Porto de Lisboa.

Contabilista Certificado n.º 17277

Maria Helena Louro

Comissão Liquidatária

  
Luís de Almeida  
José Pedro Costa

**RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO  
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**

**EXERCÍCIO DE 2017**



## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

### **1- Âmbito deste Relatório e Parecer**

De acordo com as disposições legais aplicáveis e com os Estatutos da Sociedade, vem o Fiscal Único da **SILOPOR-Empresa de Silos Portuários, SA (Em Liquidação)** apresentar, para apreciação da Assembleia Geral, os seus Relatório e Parecer sobre as Contas, o Relatório da Comissão Liquidatária e a Proposta de Aplicação de Resultados, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.

*Bacumb*

### **2- Relatório**

A Silopor exerce a sua actividade no porto de Lisboa que, sendo, no país, o de águas mais profundas, oferece condições, que os outros portos não têm, para as operações de recepção e descarga de cereais e de oleaginosas de navios de maior calado.

No exercício em apreço, a Empresa fez aumentar, em Lisboa, a sua quota de mercado no negócio, mas, a nível nacional, sofreu um muito ligeiro decréscimo, devido, essencialmente, ao crescimento das operações no porto de Aveiro, provocado pelo desvio, para esse porto, dos navios de menor porte (graneleiros), que ali podem ser descarregados normalmente.

As condições descritas permitiram que a Silopor tivesse crescido, em relação a si mesma, na sua actividade, cerca de 17,5%, o que conduziu, em termos de valor, a um volume de negócios de 17.569.357 euros, na sequência do que, em termos de resultado líquido, a Empresa ultrapassou o verificado no exercício anterior que havia sido o melhor de sempre.

No desenvolvimento dos nossos trabalhos de auditoria verificámos, como sempre temos feito, o funcionamento do sistema de controlo interno da Empresa e analisámos os documentos emitidos e recebidos no exercício e os correspondentes lançamentos na contabilidade.

Sempre que necessário, recorremos à colaboração dos serviços internos da Empresa que nos prestaram, com oportunidade, todos os esclarecimentos solicitados.

Como tarefa final, indispensável à emissão deste relatório, procedemos à apreciação das Demonstrações Financeiras - Relatório da Comissão Liquidatária, Balanço, Demonstrações dos Resultados por Naturezas, dos Fluxos de Caixa e das Alterações no Capital Próprio e Anexo – as quais, para além de terem sido emitidas em conformidade com as disposições legais em vigor, reflectem a situação financeira e patrimonial da empresa em 31 de Dezembro de 2017.

O Relatório da Comissão Liquidatária, emitido nos termos do art.º 66.º do Código das Sociedades Comerciais, descreve a natureza da actividade da Silopor e os termos como se relaciona com a concorrência; indica as quantidades movimentadas, comparando-as com as do exercício precedente e define a sua posição no mercado local e no nacional; enumera os investimentos levados a efeito no exercício, referindo a incapacidade da realização de investimentos de fundo, devida à sua situação de empresa em liquidação; aborda a questão da variação do pessoal, em termos de

quantidade, de média de idades e de qualificações académicas; indica, ainda, entre outras preocupações, aquelas que respeitam à intenção de manter a qualidade dos serviços que presta e as que se prendem com os vários tipos de segurança que a Empresa deve assegurar, tais como a segurança alimentar e a segurança no trabalho; e termina com a apresentação da proposta de aplicação de resultados.

Quanto ao Balanço, este é apresentado, naturalmente, de forma consistente em relação ao do exercício anterior.

Informamos que procedemos à emissão da Certificação Legal de Contas com reservas, na qual foi abordada a questão da continuidade, sugerida pela situação de liquidação em que a Silopor se encontra.

### **3-Aferições sobre o processo da prestação de contas de 2017**

Aferimos, de acordo com o determinado no n.º 2 do art.º 54.º do RJSP (Dec-Lei n.º 133/2013), que a Comissão Liquidatária procedeu à apresentação do Relatório de Boas Práticas de Governo Societário, nos termos do n.º 1 daquele mesmo art.º 54º do RJSP, acima referido..

### **4- Parecer**

Em face do acima exposto, somos de parecer que:

- a) Sejam aprovados o Relatório da Comissão Liquidatária e as Contas referentes ao exercício de 2017;
- b) Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados incluída naquele Relatório.

Lisboa, 16 de Fevereiro de 2018

O Fiscal Único



João Calado Barrento, em representação de "Marques dos Reis e Calado Barrento, SROC"

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **SILOPOR-Empresa de Silos Portuários, SA (Em Liquidação)**, que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2017 (que evidencia um total de 21.591.577 euros e um total de capital próprio de 19.606.390 euros, incluindo um resultado líquido de 3.666.975 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, excepto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da Silopor em 31 de Dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adoptadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Apesar de não se tratar de uma Empresa Pública, entendemos, ainda assim, aferir que a Silopor deu cumprimento ao “princípio da unidade de tesouraria do Estado e respectivas regras”.

#### Bases para a opinião com reservas

No Passivo da Silopor não consta nenhuma dívida à Direcção-Geral do Tesouro e Finanças. No entanto, esta Direcção-Geral informa que, após o último pagamento, datado de 15 de Dezembro de 2017, o crédito do Estado/DGTF sobre a Silopor, referente ao valor do capital em dívida, correspondente exclusivamente aos créditos transmitidos pela Estamo, ascende a 18.000.000 euros. Esta dívida está relacionada com o processo de cisão Epac/Silopor.

Mantém-se, também, a questão dos juros debitados pela ex-Epac, desde a data da cisão da Silopor que, por desacordo desta Empresa, nunca foram relevados nas suas contas. Segundo os dados da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, esses juros teriam atingido os 124.938.040 euros.

Estes valores têm sido objecto de sucessivas especificações nas reservas que temos apresentado nas nossas Certificações Legais de Contas referentes aos exercícios anteriores.

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas



normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, abaixo. Somos independentes da Silopor nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

### **Continuidade**

Tal como foi referido nas notas anexas às demonstrações financeiras, a Silopor encontra-se em processo de liquidação desde 19 de Junho de 2000, pelo que não lhe é aplicável o pressuposto da continuidade. Não obstante, a Empresa, com uma sólida situação económica e financeira, dispõe de recursos adequados para manter a sua actividade enquanto o accionista assim o entender.

Com base no nosso trabalho, informamos que não temos conhecimento de qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade de a Silopor continuar as suas actividades. Devemos, no entanto, incluir aqui a informação, constante do Relatório da Comissão Liquidatária, de que a condição de empresa em liquidação não tem permitido à Silopor efectuar investimentos com vista à expansão da sua capacidade de oferta.

### **Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

#### **O órgão de gestão é responsável por:**

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Silopor de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adoptadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade de a Silopor se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Silopor.



### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Silopor;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Silopor para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Silopor descontinue as suas actividades;





- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

### **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Silopor, não identificámos incorreções materiais.

**Lisboa, 16 de Fevereiro de 2018**



“Marques dos Reis e Calado Barrento, SROC”, representada por João Calado Barrento (ROC 339)